



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006545-35.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**
 Requerido: **GILMAR LEANDRO SOARES**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

José Antonio dos Santos moveu ação de obrigação de fazer, além de condenação por danos materiais e morais em face de Gilmar Leandro Soares, sustentando que em 12/05/2003 vendeu a ele um veículo. Ocorre que veio a saber da inclusão de seu nome no CADIN por conta de débitos de IPVA dos anos de 2008 a 2013, o que lhe ocasionou diversos prejuízos.

Assim, sustentou a procedência para a transferência do veículo ao réu, dos débitos, para a exclusão de seu nome do CADIN e para a fixação de indenização

À fl. 32 foi concedida gratuidade ao autor, assim como deferida antecipação de tutela.

O réu foi citado (fl. 60) e ficou-se inerte (fl. 62). Encontrando-se encarcerado, foi-lhe nomeado curador especial (fl. 63), que contestou por negativa geral (fl. 68).

O autor requereu o julgamento antecipado (fl. 72).

É o relatório.

Decido.

Os documentos já juntados aos autos são suficientes para a compreensão da controvérsia, motivo pelo qual plenamente autorizado o julgamento neste estado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O documento de fls. 14/15, particular, indica que muito possivelmente o réu adquiriu o veículo do autor em 12/05/2003 e, portanto, deveria ter se operado a transferência junto ao órgão administrativo.

Digo "possivelmente" pois não veio aos autos o documento de transferência preenchido e assinado, não havendo, também, prova da tradição. Assim, pertinente a solução da lide nos moldes daquilo que o autor juntou aos autos, inclusive porque requereu o julgamento antecipado, de molde a se concluir que nada mais tinha a apresentar.

Os artigos 134 do CTN, 4º, da Lei Estadual nº 6.606/89 e 6º, II, da Lei Estadual nº 13.296/08, indicam que o proprietário que não comunica a transferência do veículo responde solidariamente por débitos até a data da comunicação, e esse é o caso dos autos.

O autor não comunicou a alienação do veículo à Secretaria da Fazenda no prazo estabelecido no § 1º, do art. 16, da Lei Estadual citada; nem se sabe se houve o preenchimento do certificado de Registro de Veículo, não juntado, o que indica desídia extrema.

Conclui-se, pois, que o proprietário do veículo é responsável por todos os débitos dele oriundos, ainda que o tenha alienado, se não efetuar a comunicação de venda no prazo de 30 dias, ou se a realizar fora desse prazo, até a data da comunicação efetiva.

A lei é clara e deve ser cumprida. Não só o comprador pode realizar a comunicação, mas também o vendedor, e se esse não o faz, deve responder pela dívida relativa ao IPVA, até porque o órgão responsável pela cobrança não teria meios de identificar a pessoa com quem estava o veículo, já que a compra e venda vinculou apenas as partes que a entabularam.

Ademais, pouco importa que a propriedade de bens móveis se transfira pela tradição; o nosso Direito criou regras para a ciência das autoridades competentes quanto aos devedores de IPVA e elas devem ser cumpridas.

Tal explanação seria até desnecessária tecnicamente, visto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o pedido de pagamento dos débitos de IPVA por terceiro sequer deve ser apreciado já que a ação não possui a Fazenda Estadual como parte e, assim, o autor é carecedor quanto a esse pedido.

Quanto à obrigação de fazer, impende a exclusão do nome do autor como proprietário do veículo, evitando maiores problemas, e não criando outros, inclusive porque não se sabe hoje, mais de 10 anos após a venda, quem está com o bem. Assim, descabida, respeitados entendimentos em contrário, a transferência ao nome do requerido.

Ante o exposto, julgo o autor carecedor da ação quanto ao pedido de transferência dos débitos de IPVA e acolho somente o pedido para determinar ao Detran que exclua o nome do autor como proprietário do veículo discriminado à fl. 02, devendo constar bloqueio sobre ele até requerimento de regularização.

Fica expressamente revogada a antecipação de tutela de fl. 32, comunicando-se a Fazenda Estadual.

Custas e despesas processuais pelo requerido.

Descabida condenação em honorários visto que a parte autora decaiu de grande parte de seus pedidos.

Oficie-se ao Detran imediatamente, para o cumprimento do determinado.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PRIC

São Carlos, 22 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**